

Resolução

TRANSIÇÃO JUSTA, DIREITO À ENERGIA E SOBERANIA ENERGÉTICA.

A FIEQUIMETAL e os Sindicatos nela filiados apoiam a tomada de medidas que contribuam para a descarbonização e a redução das emissões de CO2 e que permitam o cumprimento das metas estabelecidas na COP26 de Paris – contenção do aquecimento global em 1,5º.

No entanto, a FIEQUIMETAL entende que a transição energética deve ser gradual e equilibrada.

O governo do PS aprovou em 2019 o PNEC 2030 - Plano Nacional Energia e Clima.

Trata-se de uma estratégia europeia, acarinhada pelo governo português, que, tendo como centro aparente a questão climática e como meio de ação o sistema energético, procura transmitir a necessidade de descarbonizar a economia e a sociedade numa escala e ritmo muito elevados que se traduz na prática na desindustrialização do país.

Para dar suporte a esta agenda política, navega uma narrativa catastrófica, com alertas vindos dos mais diversos quadrantes da sociedade, para as alterações climáticas e o ambiente em geral.

A maioria das medidas preconizadas apelam para uma tomada de consciência ambiental feita de modo individual, apelando ao consumidor para alterar as suas práticas ou ao legislador para penalizar os consumidores com a designada fiscalidade verde, uma espécie de bula oferecida ao grande capital que não será mais que uma renda garantida pelos dinheiros públicos.

A política europeia de transação de quotas de carbono demonstrou a sua ineficácia e a perversidade dos seus instrumentos pois em vez de reduzir as emissões apenas as deslocou geograficamente.

A política levada a cabo pelo governo neste sector provocou o encerramento precoce das centrais termoeléctricas de Sines e do Pego sem que já estivessem criadas as alternativas necessárias, pondo em risco a segurança do abastecimento público de energia.

À boleia deste processo, a Petrogal encerrou, de forma criminosa, o complexo petroquímico de Matosinhos.

Estes encerramentos provocaram destruição de milhares de postos de trabalho directos e indirectos, com prejuízo evidente para as economias regionais e nacional.

As principais causas dos graves problemas ambientais existentes, que alguns teimam em mistificar e desligar da natureza e funcionamento de um sistema socioeconómico que se revela cada vez mais predador da natureza e explorador do homem, são sem dúvida a manutenção e desenvolvimento do sistema capitalista que sempre procedeu assim, na sua busca incessante e cega pelo lucro e pela acumulação de riqueza.

A actuação do governo e dos grupos económicos no sector energético tem levado a uma crescente dependência do país em relação ao exterior em termos de energia, prejudicando assim a nossa soberania e limitando as nossas perspectivas em relação à segurança do abastecimento, à sua qualidade e ao preço final aos trabalhadores e população em geral

.Nesse sentido, o 5º Congresso da Fiequimetal decide reivindicar que:

- A substituição de fontes energéticas tradicionais deverá impor uma outra política, assente num *mix* energético, designadamente de fontes hídricas, centrais a Gás Natural, de Biomassa, geotérmicas, Eólicas, Solares entre outras.
- O estado possa assegurar o controlo deste sector que é estratégico para a nossa economia;
- Todas as acções a tomar para efectivar a dita transição justa sejam discutidas com os sindicatos e com os trabalhadores directamente afectados;
- Seja acautelada a situação dos trabalhadores do sector por forma a garantir os seus direitos, nomeadamente o direito ao trabalho e à segurança no emprego.
- Seja garantido que todos tenham acesso à energia com qualidade e a preços acessíveis.

Maia, 30 de Novembro de 2023



Federação Intersindical
das Indústrias Metalúrgicas, Químicas,
Eléctricas, Farmacêutica, Celulose,
Papel, Gráfica, Imprensa,
Energia e Minas – CGTP-IN

Rua Cidade de Liverpool, 16-1.º
1170-097 Lisboa
Telefone: 218 818 500 (CHAMADA PARA A REDE NACIONAL)
Email: geral.fiequimetal@csindical.pt

